

PETIÇÃO Nº 13.089 - PE (2019/0321160-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
REQUERENTE : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357**
 EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS - PE028240
 KARINNE ALVES DE LUCENA DUARTE - PE036701
 ANNA KATARINA COLARES DAVID DE ALENCAR - PE039060

REQUERIDO : **ANTONIO VICENTE BARROZO**
REQUERIDO : **AMARO FELIX DA SILVA**
REQUERIDO : **AILTON TAVARES CORDEIRO**
REQUERIDO : **AMARA JOSE DE LIMA**
REQUERIDO : **CICERA MARIA DA SILVA GOMES**
REQUERIDO : **CREUZA ARCELINA DA SILVA**
REQUERIDO : **CLEITON JOSE FERREIRA**
REQUERIDO : **CRISTIANE LOPES DE SOUZA**
REQUERIDO : **CLOVES DE OLIVEIRA DOS SANTOS**
REQUERIDO : **COSMA GOMES DA ROCHA**
REQUERIDO : **CARLOS AURELIO XAVIER LINS**
REQUERIDO : **CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ANDRADE**
REQUERIDO : **CARLOS ROBERTO DA SILVA**
REQUERIDO : **DORACY CORREIA DA CRUZ**
REQUERIDO : **DJALMA ALEXANDRINO FERREIRA FILHO**
REQUERIDO : **DULCE MARIA VITORINO DA SILVA**
REQUERIDO : **DIVONETE MARIA DA SILVA SANTOS**
REQUERIDO : **DIJANIRA HILARIO DA SILVA**
REQUERIDO : **DEISE MARIA DO NASCIMENTO**
REQUERIDO : **DULCINEA MARIA DA SILVA CORREIA**
REQUERIDO : **DIOGENES FERREIRA DE LIMA**
ADVOGADOS : **ROBSON ALVES FREITAS - PE029613**
 CARLOS HENRIQUE LAURINDO DA SILVA - PE027718

DECISÃO

Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência formulado por SULAMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS S. A. pleiteando a atribuição de efeito suspensivo a recurso especial tirado contra acórdão do TJPE, que negou provimento à apelação da requerente nos autos de ação indenizatória por meio da qual os requeridos objetivam o pagamento de indenização por danos materiais constatados em imóveis adquiridos com recursos do Sistema Financeiro da Habitação – SFH.

Embora tenha examinado detidamente as mais de mil folhas de documentos anexadas ao requerimento, não localizei cópia do acórdão recorrido.

Sem embargo, verifico que as razões do especial (e-STJ, fls. 1.044/1.128) apontam violação do art. 535 do CPC/1973, prescrição (art. 206, §1º, II, "b", do CC/2002),

incompetência da Justiça Estadual (com incidência imediata da Lei Federal n. 13.000/2014), ilegitimidade passiva da seguradora, ilegitimidade ativa dos autores que não têm cobertura do FCVS em seus contratos de mútuo habitacional e dos autores cujo financiamento fora liquidado, falta de interesse de agir, ausência de cobertura para vícios construtivos (art. 784 do CC/2002), descabimento da multa decendial, inaplicabilidade do CDC e inexistência de obrigação do pagamento de despesas com aluguel. Suscita a recorrente, outrossim, dissídio jurisprudencial.

O recurso não foi admitido por decisão cujo texto foi reproduzido às fls. 1.129/1.132 (e-STJ). Em síntese, o em. Primeiro Vice-Presidente do TJPE apontou que a requerente interpôs dois recursos na mesma data – embargos de declaração e recurso especial –, sendo que por força do princípio da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa, somente foi conhecido o primeiro deles. Ressaltou também que, depois de julgado o pedido declaratório, as partes não manifestaram nova irresignação.

Nas razões do agravo nos próprios autos – reproduzidas às fls. 1.133/1.217 (e-STJ), a então agravante pugna pela aplicação do disposto nos arts. 218, § 4º, e 1.024, § 5º, do CPC/2015, do princípio da primazia do julgamento de mérito e da orientação que emana da nota n. 579 da Súmula de Jurisprudência do STJ. Sob essa perspectiva, aduz o seguinte (e-STJ, fl. 1.144):

Dessa forma, Excelências, o julgamento do recurso dos Embargos de Declaração apresentado por esta Seguradora não impede ou sequer prejudica a necessidade de apreciação do Recurso Especial que fora interposto tempestivamente, não havendo com isso preclusão no ato da Seguradora ao apresentar dois recursos simultaneamente.

Além disso, reitera os argumentos deduzidos no especial.

No presente requerimento, afirma que sua contraparte deu início ao cumprimento provisório do julgado, reivindicando o pagamento de vultosa quantia (R\$ 5.615.487,58), do que resultaria exposição a risco de dano irreparável. De outro lado, renova os argumentos deduzidos no recurso excepcional e destaca a decisão do STF que reconheceu a repercussão geral da discussão relativa ao interesse da Caixa Econômica Federal – CEF em demandas da espécie.

Ao fim, formula pedido nos seguintes termos (e-STJ, fl. 19):

Diante do exposto, a requerente confia em que será determinado o imediato destrancamento de seu agravo em recurso especial, interposto nos autos do processo nº 0002223-15.2012.8.17.0370 (039993-9) contra acórdão do E. Tribunal de Justiça de Pernambuco, para o fim e efeito de dar-se regular e imediato processamento àquele recurso, já que se trata de matéria objeto de novo regramento legal, nunca afetado ao julgamento pelo rito dos recursos repetitivos, sendo expedido ofício ao Tribunal local determinando a imediata remessa dos autos em referência a esse Tribunal da Cidadania.

É o relatório.

Decido.

O requerimento não comporta acolhida.

Com efeito, carece de plausibilidade a tese deduzida nas razões do agravo nos próprios autos, haja vista que a hipótese de aplicação da orientação contida na Súmula n. 579/STJ é aquela na qual uma das partes interpõe recurso especial enquanto pendente o julgamento dos embargos declaratórios opostos pela outra parte. É esse o entendimento que se faz possível extrair do texto do art. 1.024, § 5º, do CPC/2015:

1.024. (...).

(...)

§ 5º Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, **o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração** será processado e julgado independentemente de ratificação.

Isso porque a interposição sucessiva de dois recursos contra o mesmo ato judicial implica, de fato, preclusão consumativa da irresignação protocolizada em segundo lugar. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE SEGURO. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS PELA MESMA PARTE. NÃO CONHECIMENTO DO SEGUNDO. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE E DA PRECLUSÃO CONSUMATIVA. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA. PERÍCIA. CONSTATAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE DANOS FÍSICOS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Interpostos dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão, não se conhece daquele apresentado em segundo lugar, por força do princípio da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa.

(...)

(AgInt no REsp 1785958/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 19/11/2019)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. DOIS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA EMBARGANTE. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO SEGUNDO RECURSO EM FACE DO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. JULGAMENTO APENAS DOS PRIMEIROS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PLEITO DE ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. SUSPENSÃO DA MULTA. POSSIBILIDADE. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS.

(...)

2. Em razão do princípio da unirrecorribilidade recursal, para cada provimento judicial admite-se apenas um recurso, ocorrendo a preclusão consumativa ao que foi deduzido por último, porque *electa una via non datur regressus ad alteram*.

(...)

(EDcl no AgInt no AREsp 1372289/CE, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2019, DJe 24/10/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. FRAUDE CONTRA CREDORES. AUSÊNCIA DE REGISTRO DA PROMESSA DE COMPRA E VENDA DO IMÓVEL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO DO SEGUNDOS EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA MESMA PARTE CONTRA O MESMO ACÓRDÃO.

1. Conforme a jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte, a interposição de dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão impede o conhecimento do segundo recurso interposto, haja vista a preclusão consumativa e a observância ao princípio da unirrecorribilidade das decisões.

(...)

(EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 463.196/ES, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 03/09/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DOIS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA A MESMA DECISÃO. PRECLUSÃO. UNIRRECORRIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Revela-se defeso a interposição simultânea de dois recursos pela mesma parte contra o mesmo ato judicial, ante o princípio da unirrecorribilidade recursal.

(...)

(EDcl no AgInt no AREsp 1372813/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/05/2019, DJe 16/05/2019)

Não se trata, pois, de examinar a necessidade de ser ou não ratificado o especial interposto pela ora recorrente, senão o reconhecimento de que a interposição do recurso não surtiu qualquer efeito, haja vista a evidente preclusão consumativa com a oposição dos embargos declaratórios.

Ante o exposto, à míngua de se vislumbrar viabilidade de êxito do agravo nos próprios autos, INDEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência.

Publique-se. Intimem-se.

Arquivem-se os autos deste expediente.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator